

Sofrimento psíquico e política do estresse: discursos sobre o casamento homoafetivo em comentários no Instagram da deputada federal Erika Hilton

Fábio Alexandre Silva Bezerra¹
Anderson Alves de Souza²

Resumo: Esta pesquisa apresenta uma análise sobre a interseção entre questões políticas, sociais, psicológicas e linguísticas no contexto brasileiro, com foco na luta pelo reconhecimento e pela proteção dos direitos das pessoas LGBTQIA+ em relação ao casamento homoafetivo. Os dados de análise consistem em comentários feitos em resposta a postagem no Instagram da deputada federal Erika Hilton sobre o tema do casamento homoafetivo em referência a projeto de lei que busca sua proibição. A partir de uma análise linguística sistêmico-funcional (Halliday; Matthiessen, 2014), o Sistema de Transitividade foi mobilizado para analisar e compreender os discursos e as interações sociais em torno dessas questões. Esses resultados iniciais foram, então, discutidos com base em conceitos como *necrobiopolítica* (Bezerra; Souza, 2023) e *política do estresse*, que propomos neste artigo, para compreender as dinâmicas de poder e opressão que afetam a comunidade LGBTQIA+ no contexto brasileiro. Os resultados revelam uma variedade de emoções e reações, desde mensagens de apoio e solidariedade até relatos de sofrimento psicológico e angústia causados pelo preconceito e pela discriminação enfrentados por essas pessoas que fogem à cisheteronormatividade. Por fim, abordamos como ações de setores conservadores da sociedade provocam sofrimento e adoecimento psíquicos como consequência de uma *política do estresse* como dimensão mais específica do que denominamos de *necrobiopolítica*, destacando, assim, a importância da luta contínua por igualdade e justiça para todas as pessoas, independentemente da sua orientação sexual ou identidade de gênero.

Palavras-chave: projeto de lei; proibição; casamento homoafetivo; sofrimento psíquico; política do estresse.

¹ Doutorado em Linguística Aplicada e Língua Inglesa (UFSC). PhD em Linguística (*The University of Sydney*). Pós-doutorado em Sociologia (UFPB). Departamento de Letras Estrangeiras Modernas e Programa de Pós-Graduação em Linguística (UFPB). fabes10@yahoo.com.br.

² Doutorado em Linguística Aplicada e Língua Inglesa (UFSC). Departamento de Letras Estrangeiras Modernas (UFPB). andersondesouza@netscape.net.

O mundo é grande e tem lugar para todo mundo. O mundo é redondo
justamente para as pessoas não se atropelarem.
Bispo dos Santos (2023, p. 54) – *A terra dá, a terra quer.*

Iniciamos nosso artigo com essas palavras de otimismo semeadas pelo mestre quilombola carinhosamente conhecido como Nêgo Bispo a fim de denominar a potência da *confluência* de saberes que compreende a experiência humana como um movimento espiralar de relações de compartilhamento por meio das quais todas as pessoas são concebidas como iguais na tecitura da coletividade e na conexão com a ancestralidade.

Percebemos, contudo, que a sociedade atual, profundamente marcada pela lógica moderna/colonial, sob os efeitos da colonialidade, compreendida como “um processo que começou com a constituição da América e do capitalismo colonial/moderno e eurocentrado como um novo padrão de poder mundial” (Quijano, 2005, p. 117), segue marcando determinados corpos e subjetividades como hierarquicamente inferiores nas dimensões ontológica e epistemológica. Diante dessas violências, o projeto descolonial, assume relevância por conduzir “o sujeito cognoscente que emerge da zona do não ser a alimentar-se do ativismo social, da criação artística e do conhecimento (em algum caso também da espiritualidade) em vias de revelar, dismantelar e superar a linha ontológica moderno-colonial” (Maldonado-Torres, 2016, p. 94).

Nesse contexto sociohistórico, as pessoas em dissidência de gênero e de sexualidade enfrentam intensos desafios para terem seus direitos fundamentais protegidos e respeitados (Bezerra, 2023). Dentre estes, o direito ao casamento se constitui como um dos pilares de uma longa batalha contra-hegemônica assinalada pela resistência e reexistência por igualdade quanto ao reconhecimento sociojurídico de relações vividas precisamente pelos grupos sociais que são continuamente alijados das pautas centrais ditadas pela colonialidade do poder (Quijano, 2005), do saber (Mignolo, 2003) e do ser (Maldonado-Torres, 2007) ao determinarem, de modo unilateral e autocrático, as experiências que devem ser vistas como (i)legítimas na sociedade contemporânea.

Desse modo, a luta pelo direito ao casamento, cujas disputas e defesas assumem centralidade neste artigo por meio dos discursos analisados, se constitui, no Brasil, como processo histórico marcado tanto pela capacidade mobilizadora e resiliência da comunidade LGBTQIA+ como também por forças conservadoras que buscam impedir avanços legislativos que beneficiem esses grupos minorizados no sistema neoliberal que marca “esta fase apocalíptica do capital” (Segato, 2021, p. 13, tradução nossa).

A união homoafetiva no Brasil, compreendida como um núcleo familiar, embora ainda não esteja prevista em legislação específica devido à omissão do Poder Legislativo nacional, foi reconhecida pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), por unanimidade, em maio de 2011, no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4277 e da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 132. O então ministro do STF e relator do caso, Ayres Britto, enfatizou que “o sexo das pessoas, salvo disposição contrária, não se presta para desigualação jurídica” (apud Coutinho, 2023, par. 11). Ademais, em 2013, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou a Resolução n. 175 proibindo cartórios em todo o país de se recusarem a converter uniões estáveis de casais do mesmo sexo em casamentos ou, ainda, de celebrar esse tipo de união, prática que era comum antes da decisão do STF em 2011.

Entretanto, para surpresa e decepção de milhões de brasileiros/as, a Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família (CPASF) da Câmara dos Deputados aprovou, no dia 10 de outubro de 2023, o Projeto de Lei n. 580/2007, apresentado pelo relator deputado Pastor Eurico (PL-PE), proibindo o casamento entre pessoas do mesmo sexo, com 12 votos a favor e 5 contra (Coutinho, 2023). O projeto, liderado por integrantes da intitulada bancada evangélica, contradiz a jurisprudência estabelecida pela Justiça brasileira desde 2011, quando o STF reconheceu a união entre pessoas do mesmo sexo. Apresentado em 2007, o projeto foi desengavetado neste ano em resposta à crescente insatisfação de setores conservadores do Congresso em relação ao protagonismo do STF em decisões sobre pautas consideradas progressistas. Caso o

projeto prossiga, será encaminhado para as comissões de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJC) e de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial (CDHMIR). Se aprovado nessas comissões, ele ainda passará por votação nos Plenários da Câmara e do Senado, assim como pela/o sanção/veto do Presidente da República.

No entanto, a base governista anunciou intenção de pedir a anulação da votação, alegando desrespeito ao regimento interno da Câmara dos Deputados, uma vez que não havia sido concedido prazo para análise do parecer. A aprovação do projeto de lei levou a deputada federal e ativista de direitos humanos Erika Hilton³ (PSOL/SP) a divulgar, em suas redes sociais, um vídeo⁴ com parte de sua fala durante a sessão da CPASF denunciando a aprovação irregular do projeto. Como esperado, o vídeo alcançou ampla repercussão e milhares de comentários de seguidores/as de Erika em apoio a sua fala.

Assim como milhões de pessoas, ao tomarmos ciência da aprovação do projeto na CPASF, nossa reação inicial foi de espanto e indignação pelo desrespeito dos deputados à decisão de nossa Suprema Corte, já em vigência por mais de uma década. Entretanto, para além de nossa reação pessoal, como pesquisadores que propõem e discutem o conceito de necrobiopolítica (Bezerra; Souza, 2023), logo em seguida, percebemos de imediato que o projeto não se configura apenas como um ataque político aos direitos das pessoas LGBTQIA+, mas também tem o potencial de causar imenso sofrimento psíquico e físico em milhões pessoas LGBTQIA+.

Dessa forma, nossa hipótese central é de que todo essa espetacularização (Tiburi, 2020) no Congresso Nacional em torno das uniões homoafetivas, particularmente por setores conservadores da política nacional, já tem provocado não apenas manifestações de desagrado, mas também materializações discursivas de consternação, estresse e adoecimento físico e mental em pessoas da comunidade LGBTQIA+.

³ Segundo informações do Portal da Câmara dos Deputados, “Erika Hilton é a primeira Deputada Federal negra e trans eleita na história do Brasil. Em SP, teve 256.903 votos. Veradora (sic) mais votada do país em 2020, por 2 anos foi a presidenta da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de São Paulo”. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/220645>. Acesso em: 09 maio 2024.

⁴ Disponível em: <https://shorturl.at/kEFGJ>. Acesso em: 09 maio 2024.

A fim de examinar esta hipótese, a presente pesquisa tem como objetivo principal investigar os comentários postados em resposta ao vídeo que Erika Hilton divulgou em sua conta no Instagram no dia 10 de outubro de 2023 sobre essa temática. Como objetivos específicos, pretendemos 1) identificar temas recorrentes nas postagens; 2) discutir esses temas em face da noção que propomos de *política do estresse*; 3) articular essa discussão sobre *política do estresse* com a noção de *necrobiopolítica* que propusemos em artigo anterior. A seguir, delineamos o suporte teórico desta pesquisa, com ênfase nos conceitos de *necropolítica* (Bezerra; Souza, 2023) e de *política do estresse* (proposto neste artigo) para a discussão sociopolítica dos dados revelados por meio da análise de transitividade (Halliday; Matthiessen, 2014) a ser desenvolvida em seção específica.

Necrobiopolítica das dissidências

Para Michel Foucault (2008), o conceito de biopolítica refere-se às múltiplas formas multidimensionais por meio das quais a administração, o controle e a submissão, principalmente por parte do Estado, são mobilizados para a regulação da vida social. O filósofo francês explica que esse controle se efetiva a partir do exercício do biopoder, elemento que produz consequências materiais, simbólicas, sociopolíticas e econômicas nas interações humanas pelo qual determinados mecanismos influenciam as experiências tangíveis das pessoas na sociedade, ou seja, de seus corpos e subjetividades.

Apesar de exercer forte influência nas esferas microcontextuais das vivências individuais, o biopoder expande-se em direção ao corpo social à medida que os sistemas de governo buscam controlar aspectos mais abrangentes, portanto macrocontextuais, da vida e da morte, afetando desde grupos sociais até comunidades e nações inteiras. Esse controle frequentemente se disfarça por meio da mobilização de estratégias que visam restringir o acesso à informação pela coletividade, possibilitando, assim, que sejam

disseminadas crenças e valores que atendem a propósitos sociopolíticos incorporados em discursos e práticas regulatórias destinados à manutenção das relações de poder assimétricas, posto que favorecem os setores mais privilegiados da sociedade.

Ao questionar a aplicabilidade universal do conceito de biopolítica, Achille Mbembe (2019) propõe um diálogo sobre as formas com que certas nações, em contextos geopolíticos hegemônicos, historicamente utilizam seu poder militar, econômico e político para além de suas fronteiras territoriais, em empreendimentos colonizadores frequentemente marcados pela violência contra outros povos e nações. Essas ações são frequentemente dissimuladas sob o pretense de proteger sua soberania, levantando assim uma questão crucial: de quem são as soberanias que realmente importam?

O filósofo camaronês explora como o exercício de poder nessas esferas assume configurações distintas daquelas inicialmente analisadas por Foucault (2008), cujas reflexões majoritariamente se concentram em contextos europeus pós-segunda guerra mundial. Nesse contexto, Mbembe (2008) introduz o termo *necropolítica* para abordar os intrincados mecanismos por meio dos quais, na contemporaneidade, o poder bélico, econômico e político é empregado para maximizar a destruição de vidas e produzir cenários de morte, criando, assim, contextos que precarizam distintas formas de existência social, nos quais vastas populações são submetidas a condições de vida que as colocam na categoria de mortos-vivos, particularmente em contextos de guerra que ultrapassam as fronteiras geográficas dessas nações hegemônicas.

A implementação da necropolítica em contextos geopolíticos particulares por meio da mobilização do necropoder por parte das nações hegemônicas amplia ainda mais as formas prejudiciais pelas quais o poder pode ser empregado, ao mesmo tempo, para proteger certas vidas pretensamente mais dignas de serem vividas e gerar a precarização e a consequente morte daquelas que, como denuncia a filósofa estadunidense Judith Butler (2019), são tidas como *vidas não vivíveis*. Para além da questão bélica, esse processo engloba ações políticas e econômicas que frequentemente

são realizadas de maneira sutil para subjugar a vida à morte. Tal perversidade é particularmente evidente em países como o Brasil, no qual as brutais consequências da colonialidade, especialmente decorrentes de nossa vergonhosa história de escravidão e de racismo estrutural (Almeida, 2019), seguem afetando diversos grupos minorizados.

Com vistas à análise sociopolítica enfatizada neste artigo, buscamos fornecer suporte para futuras investigações em linguagem e discurso em diversas áreas do conhecimento, em particular no campo da Linguística Aplicada Transviada (Bezerra, 2023), ao propormos uma definição integrada de biopolítica e necropolítica, denominada necrobiopolítica, como inicialmente proposto em Bezerra e Souza (2023). As análises e discussões que se seguirão situam nosso olhar investigativo no contexto brasileiro, predominantemente orientado por nossas experiências locais, onde o controle da vida e a produção da morte se entrelaçam de maneira contingente com as narrativas sócio-históricas de grupos minorizados, como a comunidade LGBTQIA+.

Dessa forma, podemos descrever, questionar e condenar as ações e omissões governamentais como parte de um sistema mais amplo de opressão que determina quais vidas são valorizadas e quais mortes não toleráveis, produzindo, assim, exclusões e apagamentos. No entanto, é importante assinalar que “quando não há conformidade entre os discursos, os conflitos se manifestam de diferentes formas: preconceitos, intolerância, de um lado; formas de existência, de outro” (Barros, 2015, p. 63). Desse modo, os movimentos sociais organizados por grupos minorizados buscam desestabilizar relações assimétricas de poder que insistem em mantê-los em relações de dominação e subjugação.

Política do estresse como geradora de sofrimento psíquico

Partindo da premissa de que “o discurso intolerante considera o ‘diferente’ aquele que rompe pactos e acordos sociais, por não ser humano, por ser contrário à natureza, por ser doente e sem ética ou estética, e que, por isso mesmo, é temido,

odiado, sancionado negativamente e punido” (Barros, 2015, p. 65), assume relevância a interrogação e a desconstrução, como propõe Derrida (1973) em sua *Gramatologia*, de noções estáticas e hierárquicas sobre aspectos socio-identitários, posto “que nos permite revelar oposições binárias que se colocam como pilares de relações de opressão ao marcarem um elemento do binarismo como natural/normal (heterossexualidade) e outro como cultural/anormal (outrossexualidade), como explica Bezerra (2023, p. 57).

Essa questão toma proporções ainda mais severas e preocupantes quando consideramos o impacto profundamente negativo que o preconceito e a discriminação podem ter na saúde mental de indivíduos cujas identidades, e mais particularmente sexualidades, são tidas como desviantes da heteronormatividade hegemônica estabelecida e, portanto, devem ser escondidas e até mesmo reprimidas⁵. Nesse sentido, ao considerarmos que “o estigma social associado à saúde mental precária, como depressão, ideação suicida e autolesão, e o tabu de discuti-lo podem levar alguns indivíduos a ocultar sintomas, adiar a busca por tratamento e aderir mal ao tratamento” (Jaspal, 2019, p. 138)⁶, a vida dessas pessoas acaba sendo afetada não apenas em sua dimensão pessoal, mas também familiar, social, profissional e espiritual.

Devido à proeminência dada nos comentários analisados nesta pesquisa à dimensão religiosa como fonte de julgamento e de exclusão, particularmente quando consideramos o fato de que o proponente do projeto de lei em questão é um pastor evangélico, percebemos a importância de considerar o impacto das religiões nas experiências vividas por integrantes da comunidade LGBTQIA+ em nosso país. Sobre isso, Clucas (2015, p. 448)⁷ argumenta que “as religiões em geral são uma fonte influente de normas e agentes de controle social que tendem a se concentrar em

⁵ Sabendo, contudo, que a hipótese da repressão não parece se sustentar em face dos discursos que se multiplicam e que, sim, instauram nossas percepções sobre as distintas sexualidades, como nos ensina Foucault (2019), por meio, por exemplo, da pastoral cristã, das regulações institucionais e da medicina.

⁶ Texto original: *the social stigma appended to poor mental health such as depression, suicidal ideation and self-harm, and the taboo of discussing it may lead some individuals to conceal symptoms, to delay seeking treatment, and to adhere poorly to treatment.*

⁷ Texto original: *religions in general are an influential source of norms and agencies of social control that tend to centre on conservative readings of the dominant normative gender and sexuality values.*

interpretações conservadoras dos valores normativos dominantes de gênero e sexualidade”.

Quando consideramos a história do movimento LGBTQIA+ no Brasil, destacamos os avanços que conduziram à possibilidade de formação de coletividades que “serviam como espaço de acolhimento, nos quais os indivíduos encontravam segurança para se assumir e se revelar entre pares, em um autêntico processo de criação coletiva de consciência sobre as formas de existência homossexual” (Quinalha, 2023, p. 107), que potencializaram mobilizações “para uma crítica ao autoritarismo e ao conservadorismo moral que lhe era inseparável” (p. 109). É precisamente o retrocesso nesse âmbito das relações sociopolíticas na atualidade que tanto tem causado sofrimento psíquico a esses grupos minorizados, revelando o que aqui denominamos de *política do estresse* como estratégia de desmobilização, de adoecimento e de destruição de subjetividades e de corpos em dissidência da cisheteronormatividade – que pode ser compreendida como uma dimensão particular do conceito mais amplo de *necrobiopolítica* (Bezerra; Souza, 2023).

Quanto a isso, Quinalha (2023, p. 137) também defende a importância de se discutir “uma dimensão ainda (...) negligenciada no debate político sobre a emergência da variante tupiniquim do conservadorismo atual: sua íntima associação com uma política moral e sexual”. Desse modo, evidencia-se que a produção do sofrimento psíquico, por meio de uma *política do estresse*, se dá por meio da mobilização e da articulação de forças conservadoras nas dimensões política, econômica, midiática, sociocultural e espiritual da vida na sociedade brasileira contemporânea.

A discussão sobre a íntima associação entre conservadorismo, política moral e sexual é indispensável, portanto, para examinar não apenas os aspectos socioculturais e político-econômicos que lhes dão sustentação, mas também os mecanismos linguístico-discursivos envolvidos na construção e na disseminação dessas ideologias que excluem todas as pessoas que não se encaixam nas normatividades de gênero e sexualidade dominantes. Nesse sentido, a abordagem sistêmico-funcional, com foco no

Sistema de Transitividade, oferece perspectiva valiosa para analisar como essas forças conservadoras são representadas e legitimadas nos discursos, tanto nas esferas públicas como privadas.

Linguística sistêmico-funcional: sistema de transitividade

De acordo com a teoria sistêmico-funcional (Halliday; Matthiessen, 2014), a relação entre a linguagem e o contexto é explicada por meio de camadas interligadas que se influenciam mutuamente, caracterizando uma visão sociossemiótica (Halliday; Hasan, 1989[1985]). Nesse modelo hierárquico, o contexto de produção de qualquer texto, em qualquer modalidade, deve ser analisado em termos de três dimensões: campo, relações e modo. Neste artigo, enfatizamos a variável campo, que realiza a metafunção ideacional, que, por sua vez, no estrato léxico-gramatical, é realizada pelo Sistema de Transitividade.

Dentro da versatilidade do sistema linguístico, e da linguagem de modo mais amplo, o campo se refere à “atividade que está sendo realizada pelos participantes, à natureza da ação social que está ocorrendo” (Fuzer; Cabral, 2014, p. 30), revelando, assim, a dimensão da representação das experiências internas e externas ao indivíduo por meio do aparato léxico-gramatical do Sistema de Transitividade. Esse sistema, particularmente em sua dimensão experiencial, tem a oração como sua unidade básica, que é composta por processos, participantes e circunstâncias associadas àqueles, formando conjuntos de figuras. Essas figuras, determinadas por processos presentes nas orações, que revelam a natureza da experiência representada por meio de grupos verbais, abrangem ações, eventos e situações, nos quais estão envolvidos participantes específicos/as (grupos nominais) em circunstâncias contextuais particulares (grupos adverbiais). Halliday e Matthiessen (2014) explicam que o Sistema de Transitividade é composto por seis tipos de processos: material, mental, comportamental, verbal, relacional e existencial. Entretanto, como critério metodológico, explicamos a seguir

apenas os processos materiais, mentais, comportamentais e relacionais por serem estes os mais recorrentes nos dados investigados.

Os processos *materiais* representam eventos ou acontecimentos que abrangem ações de cunho físico, tais como: fazer, construir, correr, destruir, matar etc. Na análise de transitividade, o agente que executa a ação é denominado *Ator*, enquanto o participante afetado pela ação é a *Meta*. Já os processos *mentais* constituem eventos de natureza cognitiva, perceptiva, volitiva ou afetiva, tais como amar, odiar, querer, desejar, perceber e compreender. Os participantes comumente encontrados em um processo mental são o *Experienciador*, agente que sente ou percebe o evento mental, e o *Fenômeno*, que indica o conteúdo do evento mental, isto é, aquilo que é percebido, compreendido, sentido ou desejado. Por sua vez, os processos *comportamentais* são aqueles que indicam manifestações corporais involuntárias tais como tossir, vomitar, desmaiar, sonhar, bocejar etc., sendo que um processo comportamental geralmente apresenta apenas um participante, denominado de *Comportante*.

Por fim, os *processos relacionais* são utilizados para atribuir qualidades, identidades e posses aos participantes de um processo, sendo geralmente expressos pelos verbos ser, ter e estar. De modo resumido, podemos dizer que existem três tipos de processo relacional: de atribuição, de identidade e de posse. Em um processo relacional atributivo, o participante apontado como detentor da qualidade é o *Portador*, enquanto a qualidade é conhecida como o *Atributo*. No processo de identificação, os principais participantes são *Identificado* e *Identificador*, sendo este o elemento que indica a identidade daquele. Em um processo relacional possessivo, temos o *Possuidor*, que detém aquilo que é *Possuído*. A seguir, explicitamos a arquitetura metodológica desta pesquisa.

Percurso metodológico

Os dados analisados neste artigo foram obtidos da seção de comentários ao vídeo sobre a temática do casamento homoafetivo postado pela deputada federal Erika Hilton no dia 10 de outubro de 2023 em sua conta no Instagram. Mesmo essa mesma postagem tendo sido divulgada também nas contas que Erika possui no X (Twitter) e no Facebook, a postagem do Instagram foi escolhida devido ao fato ter recebido mais comentários (43.492), quando comparado com 2.700 comentários no X e 1.700 comentários no Facebook. Os dados foram captados por meio do site especialista em extração de dados de redes sociais, *Export Comments*⁸.

O site oferece uma amostra gratuita para extração de até 100 comentários. Entretanto, como a postagem de Erika Hilton obteve mais de 40.000 comentários, foi necessária a criação de uma conta e o pagamento de uma taxa para obtermos os dados, que foram organizados pelo *Export Comments* em uma planilha do Excel. No total, foram coletados todos os 43.492 comentários que haviam sido publicados até o dia 4 de fevereiro de 2024.

Essa extração durou cerca de uma hora para que fosse possível captar os dados que incluem não somente comentários em forma de texto verbal, mas também muitos em forma de emojis. Entretanto, devido ao grande número de comentários, não foi possível fazermos uma verificação de todos. Foi possível, contudo, percebermos vários padrões de conteúdo semântico e de realização léxico-gramatical nas mensagens por meio da leitura cuidadosa de cerca de 5.000 comentários. Esses padrões foram, então, problematizados a partir dos conceitos de *necrobiopolítica* e de *política do estresse*.

Esta pesquisa tem natureza essencialmente qualitativa e cunho interpretativo, mas, sempre que possível, providenciamos também uma contagem acerca do número de ocorrências de cada tema no universo dos dados coletados e analisados uma vez que

⁸ Disponível em: <https://pt.exportcomments.com>. Acesso em: 09 maio 2024.

esses números podem fornecer uma dimensão adicional importante às discussões propostas.

Resultados e discussão da análise

Para fins de organização, aglutinamos as análises e as respectivas discussões a seguir em torno dos seguintes temas: agradecimentos, mensagens de amor, apoio e companheirismo direcionados a Erika Hilton; ilegalidade do projeto de lei; motivações políticas e religiosas; denúncia contra crimes de pastores e figuras religiosas; tristeza, cansaço e estresse; choro e dor; e mortes – que são sinalizados, em letra maiúscula e itálico, no início de cada parágrafo que os introduz.

Agradecimentos

Uma das manifestações linguísticas mais frequentemente encontradas nos dados investigados são as mensagens de agradecimento enviadas para a deputada federal Erika Hilton por sua fala em desfavor do projeto contra o casamento homoafetivo e em defesa dos direitos das pessoas LGBTQIA+. A análise revelou que a realização linguística mais utilizada para expressar o sentimento de gratidão ocorreu por meio das palavras “obrigado” e “obrigada” seguidas de locuções adverbiais e/ou orações subordinadas adverbiais indicativas do motivo pelo agradecimento (p. ex.: obrigada pela defesa de nossos direitos; obrigada por defender nossos direitos).

Em termos de transitividade, a análise revelou quatro grupos principais de motivações pelo agradecimento, sendo dois realizados pelos processos materiais “lutar” e “defender” e dois processos relacionais “ser” e “representar”, com Erika nos papéis de Atriz⁹ e Portadora, respectivamente. Apresentamos, a seguir, no Quadro 1, apenas

⁹ Mesmo sem termos encontrado qualquer outro estudo sistêmico-funcional em língua portuguesa que assim proceda, propomos dar um passo à frente na questão da equidade de representações de gênero ao

algumas ocorrências¹⁰ encontradas nos dados, mas é importante salientar que, ao todo, encontramos 5.243 ocorrências das palavras “obrigado” e “obrigada”.

Quadro 1 – Excerto sobre mensagens de agradecimento

- @hilton_erika obrigada por ser tão necessária a esse país, você é incrível ❤️
- Obrigada por ser nossa voz, por nos representar diante de tamanhas atrocidades. ❤️
- Obrigada por nos representar com tanta maestria em suas falas (...)
- Que mulher necessária! Obrigado por nos representar tão bem. ❤️
- Erika, muito obrigada por ser essa voz voraz e cheia de força para nos defender...
- Obrigado por esta sempre lutando 😊 😊
- obrigado por lutar tanto e nos representar tão bem 🙌
- Sem você nada somos! Obrigado por lutar todos os dias pelos nossos direitos.

Fonte: Comentários em postagem no Instagram de Erika Hilton, em <https://shorturl.at/kEFGJ>.

Mensagens de amor

Outra manifestação linguística bastante recorrente nos comentários enviados pelos internautas foram as declarações de amor em prol de Erika Hilton. Neste caso, a materialização linguística mais utilizada foi o processo mental emotivo “amar”, precedido ou não pelo pronome pessoal “eu”, na função de Experienciador/a/e, e pelo nome de Erika e/ou o pronome pessoal “você” na função de Fenômeno. Além disso, a análise revelou as diversas expressões de tratamento carinhoso indicativas de feminilidade utilizadas como forma de identificar a deputada, a saber: mamãe, irmã, mulher, diva, rainha, querida, etc. No geral, registramos 1.609 ocorrências das palavras “amo” e “amor”, como exemplificado no Quadro 2.

usarmos o feminino para nos referirmos a Erika Hilton, uma mulher trans, a fim de evitar o uso do masculino genérico. Afinal, se Atriz seria evitado para não fazer referência à profissão, porque, então, temos usado Ator tranquilamente até o presente momento? Ademais, caso a referência na oração seja a pessoas não binárias, sugerimos a utilização do termo Atore.

¹⁰ Gostaríamos de registrar que as ocorrências, organizadas nos Excertos 1 a 16, foram inseridas em nosso texto da forma que estão escritas nos comentários ao vídeo de Erika Hilton, sem quaisquer correções ortográficas, sintáticas e/ou semânticas de nossa parte, para mantermos o caráter original do texto analisado.

Quadro 2 – Excerto sobre mensagens de amor

- EU AMO VOCÊ, ÉRIKA!!!
- Te amo mamãe!!!!
- Amooooooooooooooooo essa Deputada! 🙏 🙏 🙏
- Te amo vc é necessária demais ❤️ ❤️ ❤️ estamos juntos contigo
- ❤️ ❤️ ❤️ ❤️ amo vc irmã
- Agradeço tds os dias a Deus por vc existir e nos defender aí no plenário ❤️ . Amo vc 😊
- Eu amo vc e sua resistência! fique forte, meu amor ❤️ obrigado por tudo ❤️
- Vc é muito necessária para o Brasil, amo vc e tenho orgulho de vc ❤️ 😊 🙏 🙏 🙏 🙏

Fonte: Comentários em postagem no Instagram de Erika Hilton, em <https://shorturl.at/kEFGJ>.

Apoio e companheirismo

A análise também revelou centenas de comentários de seguidores/as com expressões de solidariedade, apoio e companheirismo em favor da congressista. A verbalização de companheirismo mais recorrente se deu por meio da expressão “estou com você” e “estamos com você”, ou seja, por meio do processo relacional “estar” com as pessoas que comentaram na posição de Portadores/as e Erika representada no papel de circunstância de acompanhamento (vide Quadro 3). Ao todo, encontramos 472 ocorrências da expressão “estou/estamos com você”.

Outra forma bastante comum de mostrar apoio e companheirismo para com Erika Hilton, também acompanhada do uso do processo relacional “estar”, foram as expressões “estamos juntos”, “estamos juntas” e “estamos de mãos dadas” (164 ocorrências). Ademais, 120 pessoas utilizaram o substantivo “apoio” e/ou o processo relacional possessivo “ter” na locução “você tem meu apoio” ou “você tem nosso apoio” para manifestar solidariedade e companheirismo. Nesse caso, Erika ocupa a função de Possuidora e a expressão “meu apoio” ou “nosso apoio” a função de “coisa” Possuída.

Quadro 3 – Excerto sobre mensagens de apoio e companheirismo

- Estamos com você, @hilton_erika. Você é luz ♥
- Você é foda Erika! Estamos com você ♥
- Mulher estamos com você!
- Estou com você deputada!!!!
- Te amo. Estou com você. Gratidão pelas suas falas e posicionamentos.
- Ericka estamos com você até o fim de nossas vidas !
- ÍCONE! Estamos juntos nessa ☰ ☐ ♡ 📌
- Você é maravilhosa! Estamos juntas!
- Estamos juntas!!!!
- Erika você é demais! Obrigada por tudo! ♥ aqui em estamos de mãos dadas com você
- Estou de mãos dadas com você e toda a comunidade LGBTQIAPN+ Resistência sempre ♥
- Meu total apoio a você @hilton_erika. Obrigada por existir e resistir sempre ♥
- Triste, mas continuaremos lutando, pelo que é nosso. ♥ 📌 apoio, sempre
- Não podemos ficar calados diante desse absurdo! Meu total apoio @hilton_erika

Fonte: Comentários em postagem no Instagram de Erika Hilton, em <https://shorturl.at/kEFGJ>.

Ilegalidade do projeto de lei

Um aspecto interessante e bastante positivo nos comentários investigados é que muitas pessoas entendem que o casamento homoafetivo é um direito já reconhecido pelo STF e que seria muito difícil “convencer” a Suprema Corte do Brasil a revogar esse direito. A análise revelou que a realização linguística mais utilizada para expressar isso foi por meio do verbo relacional “é” seguido dos adjetivos “inconstitucional”, “ilegal”, “injusto”, “desonesto”, “retrocesso” e “inadmissível”, sendo que a soma desses adjetivos totalizou 642 ocorrências, como exemplificado no Quadro 4.

Quadro 4 – Excerto sobre mensagens referentes à ilegalidade do projeto de lei

- Isso é inconstitucional e não vai passar! Vamos ter fé e nos manter unidos (...)
- O projeto é inconstitucional, então não há meios de ser aprovado. (...)
- [É] inconstitucional, um retrocesso por uma luta que demanda anos. (...)
- É INADMISSÍVEL. Inconstitucional, imoral, desonesto e até ILEGAL.
- (...) esse projeto é inconstitucional e será barrado no STF caso seja aprovado!
- O projeto é inconstitucional, fere a lei, pois é crimi**so explicitamente homo**bico. (...)

Fonte: Comentários em postagem no Instagram de Erika Hilton, em <https://shorturl.at/kEFGJ>.

Motivações políticas e religiosas

A análise também revelou que, além de avaliarem o projeto como ilegal e inconstitucional, muitas pessoas também sabem que o motivo real do encaminhamento do projeto se deu por questões de cunho político e/ou religioso com vistas a agitar e agradar a base eleitoral conservadora e de extrema direita que vem crescendo no país, à qual o propositor se alinha como pastor evangélico. Palavras relacionadas à religião, tais como igreja, fé, crença, templo, pastor e religião ocorreram 472 vezes, o que demonstra a justificada crença de que há influência de suas convicções religiosas e de suas pretensões políticas na propositura do referido projeto de lei.

Em termos de transitividade, há o uso recorrente de processos relacionais atributivos, com o papel de relator do PL na função de Portador e o fato de ser pastor e “ser irrelevante para o país” como Atributo, além de também construir as pessoas conservadoras como Portadoras do Atributo de serem “pretensas protetoras da família”, “abutres que só desejam votos”, cujas ações são apenas “cortina de fumaça”. Ademais, também foram encontrados muitos processos materiais (vide Quadro 5), tais como “conseguir”, “esconder”, “angariar”, “gerar”, “destilar”, “arrebancar”, “usar”, “ganhar”, todos se referindo ao denunciado objetivo disfarçado do pastor proponente do projeto de lei, como Ator, na busca incessante e imoral por votos, como a Meta de suas ações, às custas de grupos minorizados que já sofrem múltiplas violências interseccionais (Akotirene, 2019) em nosso país, a partir de nossas experiências que entrelaçam desafios postos por questões de gênero, de sexualidade, de raça e de classe social, em particular.

Quadro 5 – Excerto sobre mensagens referentes a motivações políticas e religiosas

- (...) o relator nada mais é que um pastor do PL - PE e claro, o mesmo precisa manter o circo para seus seguidores lhe perpetuar no poder (...)
- Essa turma quer parecer defensora da família, além de querer aparecer e ter votos (...)
- (...) Depois serão esses mesmos abutres que vão pedir votos nas eleições. Povo podre!
- Fazem promessas e falacias falsas para garantir votos (...)
- (...) porque isso gera voto, gera um "inimigo" imaginário para destilar ódio e arrebanhar "fiéis", tudo em nome do poder e do dinheiro....
- Esse fdp, completamente irrelevante para o país, quer usar o ódio contra nós LGBTQIA+ pra palanque e ganho de votos de gente ESCROTA. Mas nós passaremos e sobrevivemos. (...)

Fonte: Comentários em postagem no Instagram de Erika Hilton, em <https://shorturl.at/kEFGJ>.

Denúncia contra crimes de pastores e figuras religiosas

Uma parte bastante contundente e importante da fala de Erika Hilton diz respeito à denúncia que ela faz contra pastores e outros líderes religiosos que cometem diversos tipos de crimes em suas igrejas, especialmente crimes de abuso e assédio sexual, bem como de estupro. De modo semelhante, vários/as seguidores/as de Erika Hilton postaram diversos comentários denunciando figuras religiosas por crimes dessa natureza. Os dados de nossa pesquisa revelaram um total de 69 ocorrências dos processos materiais “estuprar” e “abusar” e dos substantivos “estupro” e “abuso” em contexto de denúncia em que os pastores aparecem como Atores, enquanto as vítimas são geralmente mulheres e crianças na função participante de Meta. Vejamos alguns exemplos no Quadro 6.

Quadro 6 – Excerto sobre mensagens referentes a denúncias contra crimes de pastores e figuras religiosas

- Enquanto isso os Pastores estuprando as irmãzinhas nas igrejas.
- E sobre o líder evangélico estuprador do galpão, o que esse pastor tem a dizer? (...)
- Pastores que estupram... padres que mexem com nossas crianças MEU DEUSSSS (...)
- (...) tem muitos deles que vivem no armário, vão cuidar dos pastores padres que estupram as mulheres até mesmo crianças (...)
- É isso aí! Do pastor que estuprou suas fiéis nenhum deles abriu a boca pra defender as mulheres. É muita hipocrisia!
- Enquanto isso o feminicídio, estupro de vulnerável nas igrejas, a violência continuam a crescer e não vemos nmg se incomodar tanto, qto se incomodam com relações homoafetivas. (...)
- Brasil o país onde duas pessoas do mesmo gênero que se amam não podem se casar mas pastores podem muito bem abusar de meninas nas igrejas,eu tenho nojo desse país

Fonte: Comentários em postagem no Instagram de Erika Hilton, em <https://shorturl.at/kEFGJ>.

Tristeza, cansaço e estresse

Um elemento bastante alarmante revelado pela análise dos dados investigados foi que o projeto contra o casamento homoafetivo tem causado vários problemas para a saúde física, mental e afetiva de muitas pessoas. O sentimento negativo mais comum encontrado nos comentários foi o de tristeza, realizado tanto por meio dos processos mentais “sentir tristeza” e “entristecer” com as pessoas LGBTQIA+ na função de Experienciadoras, como também por meio dos processos relacionais “ser” e “estar” seguidos do Atributo “triste” nas formulações “estou triste” e/ou “é triste”. Na expressão “estou triste”, a função de Portador é, obviamente, ocupada pela pessoa que expõe seu sentimento de forma mais subjetiva, enquanto na expressão “é triste” o papel de Portador geralmente aponta para a situação de aprovação do projeto na CPASF da Câmara Federal. As palavras “triste” e “tristeza” aparecem 278 vezes nos comentários. Algumas ocorrências podem ser vistas no Quadro 7.

Quadro 7 – Excerto sobre mensagens expressando tristeza, cansaço e estresse

- Sinto uma enorme tristeza no dia hoje por este retrocesso.(...)
- é muito triste que tratem a união homoafetiva como um problemão, como um tabu ou uma pauta a ser vedada e tratada urgentemente, (...)
- (...) só a gente sabe como é cansativo estar o tempo todo provando e lutando pra existir. É muito triste saber que só porque eu amo alguém do mesmo sexo, eu sou invalidada. (...)
- Lamentável e triste. A luta continua.
- Pagamos os mesmos impostos, lutamos para sobreviver em meio a uma sociedade onde querem nos tirar a vida e o direito de amar, me entristece ver o ódio, preconceito disfarçado de religião colocando a palavra de Deus como forma de aplicar o seu ódio e a sua falta de compaixão ao próximo . (...)
- cansada dessa direita desgraçada
- Eu estou devastado @hilton_erika 😞
- Estamos arrasades
- Estou arrasada 🥺🥺🥺
- Estou muito triste e angustiado, (...).

Fonte: Comentários em postagem no Instagram de Erika Hilton, em <https://shorturl.at/kEFGJ>.

Além do sentimento de tristeza, a análise também revelou vários comentários com diversos tipos de sentimentos negativos realizados por Atributos que denotam cansaço e estresse, tais como “arrasado”, “devastado”, “esgotado”, “exaurido”, “estressado”, “cansado” e “angustiado”. Podemos já perceber, nos comentários analisados, o desdobramento negativo causado pelo projeto de lei, partindo do sentimento de tristeza e avançando até consequências de exaustão, angústia e adoecimento no corpo e na mente de muitas pessoas da comunidade LGBTQIA+, que há muitos anos vêm enfrentando o ódio e a perseguição de políticos da extrema direita conservadora no Brasil.

Choro e dor

Infelizmente, reações de tristeza, cansaço e estresse não foram as únicas emoções negativas presentes nos comentários analisados. Muitas pessoas relataram que a notícia da aprovação, na CPASF da Câmara Federal, do projeto de lei que se opõe ao casamento homoafetivo provocou emoções tão fortes e negativas que chegaram a provocar intensas reações físicas. Esse fato se materializou linguisticamente

principalmente pelos processos comportamentais “chorar” e “doer”, com as pessoas que sofrem no papel de Comportante – valendo lembrar que Halliday e Matthiessen (2014) definem os processos comportamentais como reações involuntárias do corpo. Os exemplos a seguir (Quadro 8) mostram algumas ocorrências com o verbo “chorar”.

Quadro 8 – Excerto sobre mensagens referentes a choro e dor

- Estou chorando com essa notícia 🙄 muito triste
- Chorando de raiva aqui
- Tô aqui chorando pq meu coração está sangrando e como se nós não existíssemos
- É tanta tristeza nos últimos dias que só tenho vontade de chorar... Dor pela guerra, pela vida, pelos direitos roubados da nossa comunidade... sei não viu.
- ... pq justo na minha vez de tentar ser feliz com a minha namorada ta acontecendo isso??? so tenho vontade de chorar agora. serio mesmo.
- Eu cheguei a chorar... Reuni coragem apenas com 22 anos pra "sair do armário", estou com 23. Ainda me sinto em carne viva... Essas notícias me fazem apenas sentir mais medo... ❤️
- "Quero saber como ficam crianças como eu. Filho de casais homoafetivos titio, por que eu tenho que ser odiado e injustiçado pelo amor que meus pais têm um pelo outro? Já que é o amor que meus progenitores biológicos não tiveram quando me abandonaram?" me perguntou meu sobrinho de consideração, eu chorei, chorei pq nn soube o que responder, e chorei pq sei a resposta, chorei pq não posso mudar isso, chorei pelas lutador/a/es que tiveram seu trabalho reduzido ao nada.
- Que dor imensa um retrocesso desses, (...) 🙄
- Meu deus, que dor ler cada palavra. Quanto preconceito velado usando o nome de Deus. 🙄
- sinto muita dor e tristeza por termos que brigar pelo que deveria ser óbvio. Em pleno 2023! 🙄
- (...) Quantas famílias LGBTQIA+ já constituídas em matrimônio serão ignoradas e subjugadas?! Tenho união estável e agora fico pensando em como devo me sentir, como devo me referir ?! Há tantas dúvidas e em meio a elas vem junto muita dor e sofrimento em ver como o ser humano é vil e age conscientemente para ferir a existência de seus semelhantes (...)

Fonte: Comentários em postagem no Instagram de Erika Hilton, em <https://shorturl.at/kEFGJ>.

Destacamos o comentário por meio do qual o tio de uma criança adotada por um casal homoafetivo relata sua angústia ao ser questionado pelo sobrinho sobre os impactos negativos gerados pela notícia da aprovação do projeto de lei. Destacamos este comentário não apenas porque ele mostra a profundidade da angústia emocional revelada pela repetição do processo “chorar” cinco vezes, mas também porque ele evidencia a amplitude das vidas que são afetadas negativamente quando políticos inescrupulosos agem com base em suas crenças religiosas e suas intenções político-partidárias particulares no intuito de regular a vida da coletividade.

No que diz respeito às manifestações de dor, os relatos são igualmente impactantes. Sabemos que a dor física causada por uma ferida no corpo é capaz de gerar grande sofrimento, mas, há muito tempo, a humanidade sabe também que o sofrimento psíquico causado por notícias de acidentes, desastres e tragédias, quer sejam estas notícias acerca de acontecimentos já ocorridos ou vindouros, são capazes de ferir e fazer adoecer profundamente o ser humano.

Mortes

Infelizmente, somos confrontados, em nossos dados de análise, com uma consequência ainda mais dolorosa e preocupante revelada pela análise dos comentários postados. Como nos informa o Dossiê publicado anualmente pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), de autoria de Bruna Benevides (2024), o Brasil segue sendo o país que mais mata pessoas trans pelo 15º ano consecutivo, mesmo em face da notória subnotificação das violências cometidas contra a comunidade LGBTQIA+ em nosso país. Considerando a comunidade LGBTQIA+ como um todo, os índices também apontam para violências múltiplas, como pode ser constatado pela informação compartilhada na página na internet da Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados (Dobbin, 2022) que reproduzimos a seguir.

De acordo com o Grupo Gay da Bahia (GGB), com dados de 2021, ocorre uma morte a cada 29 horas, porém o número real deve ser ainda maior. O levantamento foi feito em parceria com a Aliança Nacional LGBTI+. Foram 276 homicídios (92% do total) e 24 suicídios (8%) no ano passado. Os gays são metade das vítimas, com 153 casos (51%). Segundo o GGB, os homossexuais masculinos são, há quatro décadas, os mais atingidos pela violência. Depois, são os (sic) travestis e transexuais com 110 casos (36,7%), lésbicas com 12 ocorrências (4%), bissexuais e homens trans com 4 casos (1,3%). Há ainda uma ocorrência de pessoa não binária (que não se identifica com o gênero masculino ou feminino) e um heterossexual, confundido com um gay.

A princípio, poderia se argumentar que o projeto de lei proibindo o casamento homoafetivo não se relacionaria com o assassinato de pessoas LGBTQIA+. Entretanto, os dados sobre a violência contra esse grupo social minorizado e a experiência real vivida por essas pessoas criam um “pano de fundo” que faz com que uma possível proibição do casamento homoafetivo seja não apenas recebida como mais uma medida de restrição dos direitos da comunidade LGBTQIA+, mas também como uma mensagem de incentivo para que todo tipo de violência possa ser cometido contra essas pessoas tendo em vista o discurso que tal proibição produziria sobre a ilegitimidade desses corpos e dessas subjetividades como resultado da nefasta mobilização da necrobiopolítica estatal, como denunciado por Bezerra e Souza (2023).

Como pode ser visto no Quadro 9, vários comentários analisados em nossa pesquisa revelaram exatamente essa preocupação, como podemos ver nos excertos abaixo com a palavra “morte”. Além disso, em termos de transitividade, percebemos que processos materiais são os mais recorrentes quando posicionam o ódio sentido por setores conservadores da sociedade como Ator de orações que têm como Meta a morte de pessoas da comunidade LGBTQIA+.

Quadro 9 – Excerto sobre mensagens sobre mortes

- (...) Estou profundamente triste pois isso alimenta o ódio social já existe contra o grupo e ainda pode causar mais preconceito e mortes. Isso é uma luta pela vida, o ser humano não pode crescer jamais com tais pensamentos do mal. Caso contrário teremos algo semelhantes as guerras que tem ocorrido. Espero que a felicidade não nos seja tirada.
- continue lutando querida deputada Erika Hilton, pois vc representa a resistência contra a morte da população LGBTQIA+. A luta é necessária, para que a vida já difícil dessa população, não se torne insuportável.
- (...) Vamos fazer o que for preciso, porque somos fortes, somos humanos e também fazemos parte do direito de vivermos felizes, com nossos maridos, esposas, filhos, com a vida que lutamos diariamente, com os preconceitos que sofremos e com as mortes que a cada minuto nos matam. (...)
- eu falo que precisamos pautar o fundamentalismo como um grupo de terrorismo social e teocrático, de uma organização criminosa, detêm um mercado da fê, eles são à destruição da fê e da onda da morte. Não podemos nos limitar no supremo tribunal Federal, eles estão vivo e devemos bater de frente com esses diabólicos teocráticos.
- @hilton_erika, estou chorando muito, estou com muito medo por todos nós, eu me sinto ameaçado, sinto que a minha vida está em risco, todas as nossas vidas. Por favor, eu imploro a você, Herika luta por nós, luta pela a gente, não nos abandone. Eu penso até em suicídio nesse momento, meu psicológico está muito abalado com tudo isso, com essa perseguição, com esse retrocesso. Estou namorando a quase 3 anos com uma pessoa, tínhamos planos de futuro, nosso maior sonho era nos casar, ter uma casa e adotar filhos, construir uma família. Com esse retrocesso me sinto ameaçado, me sinto enojado, sinto tanto ódio dentro de mim. Segue firme minha linda e se cuida, tenho muito medo por você, o mundo lá fora é muito mal. Eu te amo, continue Herika Hilton! 🗣️ ❤️

Fonte: Comentários em postagem no Instagram de Erika Hilton, em <https://shorturl.at/kEFGJ>.

Consideramos importante reproduzirmos, em sua íntegra, o último comentário no Quadro 9 por revelar a problemática da morte potencialmente suscitada pelo projeto de lei contra o casamento homoafetivo. Nesse comentário, a pessoa expressa não apenas preocupação com sua vida, a ponto de pensar em suicídio, mas também com a própria vida da deputada Erika Hilton, que acreditamos ser uma preocupação legítima haja vista o cruel assassinato da vereadora Marielle Franco em 2018 no Rio de Janeiro.

Algumas reflexões sobre o sofrimento psíquico e a política do estresse

Os dados analisados e os resultados gerais desta pesquisa demonstram que setores conservadores da sociedade, em particular quando mobilizam valores e crenças pessoais para sustentar suas ações na esfera política, têm sido um dos principais agentes no Brasil para a produção do que denominamos de *política do estresse* ao designar, em

dimensão mais específica da *necrobiopolítica* (Bezerra; Souza, 2023), intrincadas estratégias políticas utilizadas não apenas para “agitar” as massas e angariar apoio do eleitorado de extrema direita, mas também para gerar estresse, fazer adoecer e causar a morte simbólica e material de pessoas da comunidade LGBTQIA+.

Os comentários analisados revelam um *continuum* de emoções em escala de gradação que vai de agradecimentos e mensagens de amor e apoio direcionadas à deputada federal Erika Hilton pela defesa que faz da comunidade LGBTQIA+ da qual faz parte como mulher trans, passando por denúncias e expressões de preocupação e revolta, até relatos em que descrevem momentos de desespero e angústia, enquanto outros expressaram cansaço diante das injustiças sofridas e da luta incessante por direitos básicos. Também destacamos o choro e a dor que assinalam o sofrimento por que passam essas pessoas integrantes de grupos minorizados em nosso país, em momentos de aflição, angústia, ansiedade, estresse e depressão..

Por fim, as mortes, seja por homicídios ou suicídios, causadas pelo preconceito, pela violência e pela discriminação são também apontadas como consequência da insegurança material, simbólica e jurídica que essas pessoas enfrentam, particularmente devido à ausência de efetiva legislação federal que lhes assegure os mesmos direitos básicos já amplamente garantidos para as pessoas cujos gêneros e cujas sexualidades se encaixam na cisheteronormatividade.

Esse alarmante cenário revela como preconceitos e discriminações sofridos por pessoas da comunidade LGBTQIA+ em nosso país, em diversos âmbitos da vida em sociedade, revelam práticas sociodiscursivas perversas, particularmente quando são alimentados, no contexto legislativo, justamente por políticos que deveriam estar representando os interesses de todas as pessoas em suas diferenças e particularidades. Infelizmente, quando grupos minorizados que fogem aos padrões cisheteronormativos não recebem o devido respeito de sua coletividade, acentua-se seu estado de vulnerabilidade que ultrapassa a dimensão simbólica para alcançar a materialidade.

A partir das análises realizadas, torna-se evidente a complexidade das interações entre o sofrimento psíquico e as dinâmicas políticas que permeiam a sociedade contemporânea. A emergência de uma *política do estresse*, especialmente quando promovida por setores conservadores, revela não apenas uma estratégia de mobilização política, mas também uma ferramenta para o enfraquecimento e a marginalização de grupos minorizados, como a comunidade LGBTQIA+. Os relatos de angústia, desespero e cansaço evidenciam a profundidade do sofrimento experimentado por essas pessoas, cujas identidades fogem aos padrões hegemônicos.

A triste constatação das mortes, seja por homicídios ou suicídios, como resultado direto da discriminação e da violência, sublinha a urgência de uma resposta política que garanta a segurança e os direitos desses indivíduos, que também precisa incluir o processo (re)educativo da população nacional (Carvalho, 2024). Nesse sentido, encerramos nosso texto com a potente reflexão de Paulo Freire (2019, p. 127) ao afirmar que: “A educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate. A análise da realidade. Não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa”.

Referências

- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- BARROS, Diana. Intolerância, preconceito e exclusão. *In*: LARA, Glaucia; LIMBERTI, Rita (org.). **Discurso e (des)igualdade social**. São Paulo: Contexto, 2015. p. 61-78.
- BEZERRA, Fábio. **Linguística Aplicada Transviada: gênero e sexualidade nos estudos da linguagem em perspectiva descolonial, interseccional e transdisciplinar**. Campinas: Pontes Editores, 2023.
- BEZERRA, Fábio; SOUZA, Anderson. The necrobiopolitics of COVID-19 in Brazil: transitivity choices in global media representations. **Rev. Estud. Ling.**, v. 31, n. 1, p. 1-31, 2023.

BISPO DOS SANTOS, Antônio. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora; PISEAGRAMA, 2023.

BUTLER, Judith. **Vida precária**: os poderes do luto e da violência. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

CARVALHO, Jess. Sem apoio institucional, professores de SP combatem LGBTfobia com criatividade. **Diadorim**. Educação. 07 maio 2024. Disponível em: <https://shorturl.at/mBHKQ>. Acesso em: 13 maio 2024.

CLUCAS, Rob. Religion. In: RICHARDS, Christina; BARKER, Meg (org.). **The Palgrave handbook of the psychology of sexuality and gender**. Londres, Nova York: Palgrave Macmillan, 2015. p. 447-463.

COUTINHO, Mateus. Comissão da Câmara aprova projeto que proíbe casamento homoafetivo; oposição estuda anular votação. **Brasil de Fato**, Política, Casamento LGBTQIA+. 10 out. 2023. Disponível em: <https://shorturl.at/cfmsu>. Acesso em: 15 fev. 2024.

DERRIDA, Jacques. **Gramatologia**. Trad. de Miriam Schnaiderman e Renato Ianini Ribeiro. São Paulo: Perspectiva, Ed. da USP, 1973.

DOBBIN, Gilson. Brasil é o país que mais mata população LGBTQIA+; CLP aprova seminário sobre o tema. **Câmara dos Deputados**, Comissão de Legislação Participativa. 24 maio 2022. Disponível em: <https://shorturl.at/zOV19>. Acesso em: 14 fev. 2024.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**: a vontade de saber. Trad. de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 9 ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

HALLIDAY, Michael; HASAN, Ruqaiya. **Language, context, and text**: aspects of language in a social-semiotic perspective. 2 ed. Oxford: OUP, 1989[1985].

HALLIDAY, Michael; MATTHIESSEN, Christian. **Halliday's introduction to functional grammar**. 4 ed. Londres: Edward Arnold, 2014.

JASPAL, Rusi. **The social psychology of gay men**. Londres, Nova York: Palgrave Macmillan, 2019.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Transdisciplinaridade e decolonialidade. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 75-97, 2016.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón (org.). **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007. p. 127-167.

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais/projetos globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Trad. Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas Latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

QUINALHA, Renan. **Movimento LGBTI+**: uma breve história do século XIX aos nossos dias. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

SEGATO, Rita. **Contra-pedagogías de la crueldad**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Prometeo Libros, 2021.

TIBURI, Marcia. **Como derrotar o turbotecnomachonazifascismo ou seja lá o nome que se queira dar ao mal que devemos superar**. Rio de Janeiro: Record, 2020.

Psychological suffering and stresspolitics: discourses on same-sex marriage in comments on Congresswoman Erika Hilton's Instagram

Abstract: This research presents an analysis of the intersection between political, social, psychological, and linguistic issues in the Brazilian context, focusing on the struggle for recognition and protection of LGBTQIA+ rights regarding same-sex marriage. The data consist of comments made in response to a post on Congresswoman Erika Hilton's Instagram about the issue of same-sex marriage in reference to a bill seeking its prohibition. Carrying out a systemic functional linguistic analysis (Halliday; Matthiessen, 2014), the Transitivity System was mobilized to analyze and understand the discourses and social interactions around these issues. These initial results were then discussed based on concepts such as *necrobiopolitics* (Bezerra; Souza, 2023) and *stresspolitics*, proposed in this paper, to understand the power dynamics and oppression affecting the LGBTQIA+ community in the Brazilian context. Results reveal a variety of emotions and reactions, from messages of support and solidarity to reports of psychological suffering and anguish caused by the prejudice and discrimination faced by those who deviate from cisheteronormativity. Finally, we address how actions by conservative sectors of society cause psychological suffering and illness as a consequence of a *stresspolitics* as a more specific dimension of what we call *necrobiopolitics*, thus highlighting the importance of the ongoing struggle for equality and justice for all people, regardless of their sexual orientation or gender identity.

Keywords: bill; prohibition; same-sex marriage; psychological suffering; stresspolitics.

Recebido: 13/05/2024

Aceito: 10/06/2024

